

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.929 - SP (2019/0301327-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

RECORRENTE : V DA S J

**ADVOGADO : GABRIEL DONDON SALUM DA SILVA SANT ANNA -
SP276180**

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de V DA S J contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no julgamento do HC n. 2115003-08.2019.8.26.0000.

Extrai-se dos autos que ao paciente, investigado pela prática de crimes contra o processo licitatório, foi determinado o afastamento do cargo público, comparecimento bimestral em Juízo, proibição de ingresso em prédios públicos municipais, proibição de se ausentar da comarca por mais de 07 dias, recolhimento dos passaportes, recolhimento domiciliar no período noturno e dias de folga e proibição de contato com os demais investigados, dentre estes, seu pai.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário, cuja ordem foi parcialmente concedida em acórdão que ficou assim ementado:

Habeas corpus - Crime de Organização Criminosa constituída visando a fraudar licitações - Pedido de revogação da decisão que, dentre outras medidas, determinou a incomunicabilidade do paciente com o seu genitor também investigado nos autos - Constrangimento ilegal reconhecido em parte para assegurar-lhe o contato familiar com seu pai - Afastamento de referida medida que se impõe A decisão do Juízo monocrático, na parte que determinou a incomunicabilidade do ora paciente com seu próprio genitor, eis que este também estaria sendo investigado pelos mesmos crimes, deve ser efetivamente afastada, uma vez não se justificar seja ele cerceado do convívio familiar, em evidente constrangimento ilegal não apenas para o paciente, como a seus familiares, sob pena de serem vulnerados direitos e garantias constitucionalmente assegurados.

No presente recurso, alega a defesa "*embora em alguns casos seja difícil visualizar a conexão entre crime eleitoral e comum antes da conclusão do inquérito policial, no caso vertente a própria representação do DPF e documentos que a instruem*

Superior Tribunal de Justiça

comprovam a incompetência da Autoridade Coatora" (fl. 156). Acrescenta que "a narrativa do Tribunal a quo de que a aferição da competência demandaria a conclusão da investigação, nesse caso, é equivocada e maculará todas as provas amealhadas por decorrência da ordem de busca e apreensão proferida por Juiz Incompetente" (fl. 157).

Pretende, em sede liminar, o sobrestamento do curso da investigação até o julgamento do recurso e, no mérito, o *"provimento do Recurso Ordinário Constitucional com o fito de reconhecer a competência da Justiça Eleitoral para apreciação de medidas cautelares criminais e, por conseguinte, declarar nulo os atos decisórios proferidos pela Justiça Estadual"* (fl. 161).

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações atualizadas ao Juízo de primeiro grau, inclusive com senha de acesso ao andamento do processo junto à página eletrônica do Tribunal de origem.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator